

OS REFLEXOS DA MEDICALIZAÇÃO E PSICOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CURRÍCULO E NAS FORMAS DE AVALIAR A APRENDIZAGEM

ANA PAULA DE MEDEIROS RIBEIRO
UFC

apaulaufc@hotmail.com

Introdução

O presente estudo constitui um resgate bibliográfico sobre o tortuoso caminho percorrido pela educação brasileira nas duas primeiras décadas do século XX.

Desta forma, provoca reflexões sobre como e por que a escola se apresentava modeladora e treinadora para a obediência e para determinadas condutas sociais, lançando mão da força do currículo e da avaliação.

De fato, refletir sobre estas questões significa refletir sobre nossas próprias raízes educacionais, uma vez que trazem à tona discussões de cunho racial e social.

O interesse pela temática surgiu da necessidade que a autora teve em fazer uma investigação sobre a história da avaliação escolar no Brasil e para descobrir quais foram seus primeiros arcabouços teóricos.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram estudadas diversas obras de autores que se destacaram na pesquisa sobre o enfoque medicalizante da educação presente, principalmente, nos anos 1920 – época dourada da Pedagogia.

O trabalho divide-se em quatro partes. A primeira, a educação no Brasil recém República, faz uma imersão na história educacional desde a última década do século XIX até a segunda década do século XX. A segunda parte, os movimentos higienistas e eugênicos e seus reflexos na escola, mostra o porquê e como as teorias racistas surgidas, principalmente na Europa, contribuíram para a definição da escola como ambiente perfeito para moldar os indivíduos que a sociedade da época reclamava. O terceiro momento, a medicalização e psicologização da educação definindo o currículo e as formas de avaliar a aprendizagem, envolve o estudo dos pressupostos teóricos de cunho racista e discriminatório que influenciaram duas das mais importantes práticas pedagógicas: o currículo e a avaliação da aprendizagem. A quarta e última parte, compreende as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

Destarte, o estudo apresenta-se como uma revisão bibliográfica ainda inacabada, uma vez que se considere a imensa quantidade de informação contida na temática em questão.

A educação no Brasil recém República

O povo e o marechal
juntos na mesma esperança
de perseguir o ideal
da verdadeira mudança.

Educação popular!
Era o que o povo pedia...
A República vai dar!
E o povo acreditará!¹

O legado deixado à educação, pelo período imperial, leva a justificar o movimento primeiro de cunho educacional que emerge nos anos de transição para a República: o entusiasmo pedagógico (1887 a 1896). Este foi um movimento de caráter puramente quantitativo, cuja principal intenção era expandir a rede escolar objetivando reduzir o grande número de analfabetos² resultante de uma educação fundamentalmente voltada às elites durante o período imperial.

As transformações econômicas e sociais que marcaram o fim do Império e o início da República, somadas ao desejo de organizar a educação, pareciam imprimir aos novos tempos uma relativa mudança no sistema político, cujo caráter era profundamente elitista.

Porém, não foi exatamente assim que tudo aconteceu. Mesmo com as “boas intenções” dos intelectuais da época em discutir os grandes temas nacionais, dentre eles a educação popular vista como a saída para os problemas do país, o fator econômico representado pela força das oligarquias cafeeiras, prevaleceu, pois

[...] uma vez estabilizada a nova situação, os cafeicultores (as oligarquias) procuraram afastar do governo seus parceiros militares e também os elementos intelectuais mais progressistas. Ou seja, as oligarquias cafeeiras, que comandavam a economia do país (baseada na exportação do café), exigiram o controle total no exercício de comando nos aparelhos da sociedade política (GHIRALDELLI, 1992, p. 17).

Às oligarquias não interessava proporcionar ao povo o acesso à escola, pois quanto menos esclarecido fosse, mais facilmente era manipulado em favor delas. E o povo

¹ As redondilhas que abrem cada parte do trabalho são da própria autora.

² 90% da população adulta era analfabeta e menos de 3% da população freqüentava a escola (Patto, 1991, p.55)

também não se interessava pela escola, visto que não via motivação em estudar numa economia agrário-exportadora. “Neste contexto, a educação não é meta prioritária, já que não há necessidade de formação especial para o desempenho de funções na agricultura” (ARANHA, 1996, p.99).

No entanto, esse tema ganha fôlego, em meados da década de 1910, com a Primeira Guerra Mundial. Os intelectuais brasileiros, imbuídos de um nacionalismo e patriotismo exacerbado, enfatizam em seus discursos a necessidade da escolarização, sustentada pelas pressões advindas de um relativo crescimento industrial e de uma conseqüente urbanização da sociedade.

Assim, o final dos anos 1910 foi marcado pelo ressurgimento do entusiasmo pela educação, recebendo forte adesão de industriais, interessados em mão-de-obra e médicos que “entendiam a educação como edificação do corpo” (CABRAL, 1929, apud MARQUES, 1994, p. 103) e como um meio de diminuir a proliferação de uma população doente e degenerada, o que aumentaria as despesas da nação. Juntos fundaram diferentes ligas em defesa da escolarização do povo, pois “entendiam que o analfabetismo contribuía para a perpetuação das oligarquias no governo” (GHIRALDELLI, 1992, p. 18). Delineava-se o embate entre a sociedade urbana emergente e a tradicional sociedade rural oligárquica.

Após a Primeira Guerra Mundial, e com a chegada dos anos 1920, o Brasil demonstrava iniciar um período de grandes transformações. As relações comerciais e financeiras, que começavam a se diversificar, trouxeram ao país diferentes concepções sobre o campo educacional e pedagógico. Desta feita, a incipiente industrialização do país, impulsionou o debate sobre a instrução pública como via para a moralização da classe operária e da população em geral para o bom funcionamento da cidade.

A influência de educadores norte-americanos que traziam, em suas teorias educacionais, novas abordagens, mas que mesmo assim não se haviam libertado das concepções européias de caráter racista e discriminatório, serviu de alicerce para o estabelecimento do ideário pedagógico do movimento escolanovista, cuja principal preocupação era a “reorganização interna das escolas seguida do redirecionamento dos padrões didáticos e pedagógicos” (GHIRALDELLI, 1992, p. 19). Essa reorganização vai abrir espaço para a ação médico-sanitarista e higienista, com suas práticas eivadas de pressupostos eugênicos, já que se pensava à época que

O analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, sem necessidades sem ambições, o analfabeto contrapõe o

peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso, entreendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer, pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contagia e as perpetua (COUTO, 1925).

As bases em que se assentavam as discussões acerca do ensino popular eram, pois, instruir e escolarizar a fim de se generalizarem as práticas higienistas e reduzir as conseqüências sociais da pobreza.

A década de 1920 foi, então, marcada por diversas reformas em diferentes estados do Brasil, as quais foram influenciadas pelo movimento Escola Nova e traziam em sua essência, a marca profunda do higienismo e eugenismo.

Os movimentos higienistas e eugênicos e seus reflexos na escola

Formar um povo sadio,
forte e com branca tez.
Basta de negro vadio!
Mestiço? Acabar de vez!

Era essa a intenção
dos médicos eugenistas
que acharam na educação,
a saída mais bem vista!

A eugenia, ciência fundada por Francis Galton (1822-1911) em 1883, visava à profilaxia das doenças hereditárias, pela seleção dos mais capazes em transmitir bons caracteres genealógicos. Era, sem dúvidas, a saída para "... controlar e dirigir a evolução humana, aperfeiçoando a espécie através do cruzamento de indivíduos escolhidos especialmente para esse fim" (PATTO, 1991, p. 38).

O contexto da década de 1920, em que os indicadores de saúde eram absurdamente baixos, refletindo as condições sanitárias da população, propiciou o surgimento da preocupação em higienizar as "populações que afluíam à cidade em busca das melhores condições de vida que o progresso possibilitava" (MARQUES, 1994 p. 18).

A eugenia e o higienismo, correntes teóricas de significativa influência, emergem como meio eficaz para enfrentar esse problema e construir uma população higiênica, eugenizada e disciplinada. Ao mesmo tempo, vigorava, entre os intelectuais e médicos brasileiros, a idéia de que a fusão das três raças teria feito surgir uma outra salpicada de características degeneradas de cada um de seus elementos formadores. Quanto a isso, Prado revela que

[...] o negro africano, nos seus costumes, preconceitos e superstições, nos defeitos e virtudes, máquina de trabalho e vício criada para substituir o índio mais fraco e rebelde, e que se tornou companheiro inseparável do branco, ambicioso e sensual (Prado, 2002, p. 87).

As teorias raciais ganhavam espaço nas discussões e acirravam o debate na década de 1920, servindo para explicar o “por que a igualdade não ocorria?” sendo decorrente, assim, de aspectos puramente “naturais”, pois acreditava-se como Moreira Leite que “do consórcio da velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo” (apud PATTO, 1991, p. 66). Portanto, os mestiços, “naturalmente”, eram tidos como física e biologicamente inferiores. “O mestiço, como resultado do cruzamento de raças díspares, longe de ser a solução, apresentava-se como mais um problema uma vez que era depositário de ‘defeitos’ e ‘taras’ decorrentes de herança biológica” (ORTIZ, 1985 apud MARQUES, 1994, p.33)

A imigração de cerca de 840 mil europeus ocorrida também na década de 1920, foi considerada por médicos eugenistas brasileiros como grande contribuição para a diluição do coeficiente de sangue inferior, uma vez que vinham e casavam-se principalmente com brasileiras. O médico Paulo C. de Azevedo Antunes considerou-as “preciosas contribuições para o aumento da porcentagem de sangue aryano entre nós, (...) constituindo poderoso factor de clarificação da raça” (ANTUNES, 1926, pp. 41-5 apud MARQUES, 1994, p. 87).

É neste contexto que a escola passa a ser pensada também como veículo de “formação harmônica do corpo e do espírito” (BASILE, 1920, apud MARQUES, 1994, p. 101) funcionando como agente modelador de uma população “saneada” e assim,

[...] regenerar pela educação passara a ser a tônica do discurso educativo dos anos 20, que colocava a escola com seus rituais como espaço aberto para as reformas morais e intelectuais propostas pelos republicanos, os quais, desde Caetano de Campos, entendiam que era necessário instruir o povo para que se conquistasse a cidadania, pois somente o conhecer proporcionaria vencer e progredir, fazendo do país uma nação civilizada (MARQUES, 1994, p. 101).

Émile Durkheim (1858-1917) já dizia que as atitudes regulares e repetitivas disciplinavam as ações dos homens e, desta forma, era a escola o ambiente propício para formar o indivíduo que a sociedade reclamava, e a criança, por sua natural receptividade e sugestibilidade, seria o principal alvo desta intenção. A escola serviria como instituição disseminadora da moralização das práticas de vida e lazer do operariado, da população

improdutiva, das mulheres e da infância. Destarte, todo um arsenal de procedimentos de controle social foi mobilizado para esse intuito.

Portanto, foi a escola a instituição que através do currículo e da avaliação da aprendizagem colocou em prática os fundamentos higienistas e eugênicos de moralização e disciplinamento das crianças com intenções preventivas e corretivas para construir uma “sociedade democrática, plena de liberdade, direito e igualdade” (MARQUES, 1994, p. 137), a qual só seria concretamente possível “quando os brasileiros se tornassem superiores socialmente” (IDEM, p. 137).

A medicalização e psicologização da educação definindo o currículo as formas de avaliar a aprendizagem

Aplicar a psicometria
Pra saber quem é o capaz!
Se for branco, caberia
na escola e em tudo mais.

O mestiço, que azar!
Na escala de Binet,
só conseguia alcançar
os pontos do rodapé.

Na virada do século XIX para o século XX, a psicologia tentava se afirmar como ciência. No entanto, nessa época, Ciência era somente aquilo que podia ser observável, testado e medido, visto que predominava o paradigma quantitativo.

Galton foi considerado um expoente nesta tentativa, visto que se dedicou às investigações na área da biologia, da estatística e da psicologia experimental. O objetivo maior de seus estudos era “medir a capacidade intelectual e comprovar a sua determinação hereditária” (PATTO, 1991, p. 37).

Foi, desse modo, um dos precursores dos testes psicológicos que viriam a ser utilizados na avaliação do bom ou mau rendimento escolar, disseminando uma ideologia de caráter racista e discriminatório, uma vez que mostravam resultados favoráveis a grupos humanos tidos como superiores.

Nessa época em que a demanda pela escola tornava-se cada vez maior, devido às mudanças sociais que se operavam na segunda década do século XX, eram necessárias justificativas científicas para as diferenças de rendimento da clientela escolar, bem como o acesso desigual aos graus escolares.

A psicologia alicerçada na psiquiatria servia para ajudar nas explicações das dificuldades de aprendizagem escolar. Os laboratórios de psicologia na Europa e América do Norte, muitas vezes, encontravam-se anexos a estabelecimentos de ensino e mantinham avaliações constantes das aptidões dos estudantes. Nestas, utilizavam a escala de Binet, a qual media a inteligência das crianças e, por conseguinte, estipulava as diferenças individuais. Tal escala baseava-se na relação entre a idade mental e a idade cronológica da criança e chegou a ter utilização bastante ampla no contexto da época.

Édouard Claparède (1873-1940), professor da Universidade de Genebra, aprimorou os instrumentos de medida, a fim de avaliar, com maior precisão, quem eram os retardados e os bem dotados o mais precocemente possível. Foi dele a idéia das classes especiais para os primeiros e de escolas especiais para os segundos: a escola sob medida (1920).

Os referidos testes psicológicos tornaram-se, então, práticas comuns nas escolas da América do Norte e Europa. Medir as aptidões escolares tornava-se necessário, uma vez que no discurso liberal da sociedade igualitária, independente da etnia ou origem social, os mais aptos deveriam ser identificados e promovidos socialmente. A Psicologia, então, veio contribuir para essa classificação fazendo o uso dos testes psicométricos. No entanto, os resultados, arraigados numa visão teórica racista e elitista, demonstravam que os mais capazes eram também ricos e brancos e assim, justificavam-se as desigualdades sociais e, por conseguinte, as escolares.

As dificuldades de aprendizagem antes de serem estudadas pela Psicologia foram estudadas, primeiramente, pelos médicos, os quais classificavam as crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem escolar de “anormais”. Essa “anormalidade”, segundo a concepção médica, tinha causas orgânicas e hereditárias e, nas primeiras décadas do século XX, foi a justificativa para a avaliação e o destino escolar de milhares de crianças que tiveram acesso à escola.

No entanto, as idéias psicanalistas que tomavam corpo inclusive nas discussões de origem pedagógica, mudaram as concepções sobre as dificuldades de aprendizagem até então vigentes. Desde a incorporação dessas idéias, a criança com dificuldades escolares, antes designada “anormal”, passa a ser designada criança “problema” e o foco das causas dessas dificuldades desviam-se das orgânicas e hereditárias, para o ambiente sócio-familiar, onde segundo a concepção psicanalista poderiam conter elementos causadores de desajustes infantis o que supostamente explicariam as dificuldades escolares, já que certas

patologias mentais, começavam a ser reconhecidas como decorrentes de influências do ambiente social.

É nesse contexto que se definem as idéias higienistas com intenções preventivas, a fim de corrigirem-se os desajustamentos infantis. É aqui que aparecem as contribuições da Liga Brasileira de Higiene Mental, instituição fundada em 1923, por iniciativa de Gustavo Riedel que reunia a elite da psiquiatria brasileira, médicos e intelectuais. Esta teve participação bastante ativa em perseguir o objetivo maior dos intelectuais da época: colaborar para o “melhoramento do indivíduo e da espécie” (MARQUES, 1994, p. 101).

Inicialmente, a sustentação teórica da Liga girava em torno das contribuições de cunho racial e biológico desenvolvidas na Europa e na América do Norte, mas, em fins da década de 1920, as idéias freudianas já se incorporavam às discussões teóricas sobre as dificuldades de aprendizagem.

Segundo essa concepção, era necessário cuidar da saúde mental da criança antes do período de escolaridade, o que possibilitou nos Estados Unidos o surgimento de um movimento em prol de uma ação que se exercesse ainda na idade pré-escolar. Entretanto, os intelectuais da Liga reconheciam a dificuldade de se executar tal medida em território brasileiro, mas acreditavam como Henrique Roxo (1925, apud REIS, 197, p. 141) que “um dos melhores meios de se fazer profilaxia mental consiste em agir sobre as crianças da escola”. A Liga, desta forma, tinha como principal diretriz intervir no interior das escolas

[...] seja buscando aplicar testes psicológicos nas escolas públicas, seja procurando orientar a instrução técnica das professoras primárias através do ensino de psicologia nas escolas normais em bases lógicas e úteis (...) ou então se propondo a receber, através de entendimento com a instrução públicas, os “alunos problema de todas as escolas” desde aqueles que tivessem QI muito baixo ou muito alto (REIS, 1997, pp. 141-142).

E foi assim que os educadores brasileiros mais progressistas iniciaram a luta pela introdução da psicometria e da pedagogia nova nas escolas do Brasil.

Na reforma do Ceará³, Lourenço Filho (1897-1970) combinou estatística à psicologia para criar uma técnica de avaliação das habilidades e prever as possibilidades de aprendizagem. Eram os famosos testes ABC, que tinham como principal objetivo avaliar a maturidade necessária à alfabetização. Neste objetivo estava implícito o que era

³ Por solicitação do governo do Ceará e por indicação do governo de São Paulo, Lourenço Filho assumiu a direção da Instrução Pública daquele estado dando início a um trabalho de organização do sistema educacional cearense em 1922 que compreendia a edificação de escolas, o aumento do número de matrículas, a instituição de concursos para professores, aquisição de material escolar e a criação da inspeção médico-escolar (Cf. CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. João Hippolyto de Azevedo Sá: O espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará. Fortaleza: EUFC, 2000, pp. 70-71).

considerado “o sonho dourado” da pedagogia daqueles tempos: aumentar o rendimento escolar através da formação de classes homogêneas. O retrato psicológico do brasileiro começou, então, a esboçar-se tendo como pano de fundo as teorias racistas e os pressupostos da superioridade da raça branca.

Todavia a organização curricular também veio reforçar as intenções dos intelectuais da época, visto que o currículo

[...] não é elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (SILVA, 1999, p. 8).

Desta forma, o currículo surgia com o propósito de “planejar ‘cientificamente’ as atividades pedagógicas e controlá-las de modo a evitar que o comportamento ou pensamento do aluno se desviassem de metas e padrões pré-definidos” (IDEM, p. 9).

Na sociedade americana em incipiente processo de industrialização e urbanização, a consolidação de um projeto nacional capaz de “restaurar a homogeneidade em desaparecimento e ensinar as crianças dos imigrantes as crenças e comportamentos dignos de serem adotados” (IDEM, p.10), tornava-se urgente e a escola, portanto, seria o veículo primordial para desempenhar o papel no cumprimento das referidas funções. O currículo, por sua vez, era o “instrumento por excelência do controle social que se pretendia estabelecer” (IDEM, p.10).

Sob a influência desta maneira de pensar o currículo e a sociedade, a escola brasileira começou a fazer sua teorização educacional. Desta feita, o currículo tornava-se uma forma institucionalizada de transmitir os conteúdos e um padrão de comportamento adequado para os indivíduos daquela sociedade.

Assim, o currículo foi visto como “um campo em que se tentará impor tanto a definição particular de cultura da classe ou grupo dominante quanto o conteúdo dessa cultura” (BORDIEU, 1979 apud SILVA, 1999, p. 27).

Vê-se, portanto, a força incontestável do currículo como instrumento de “reforçar as relações de poder existentes, fazendo com o que os grupos subjugados continuem subjugados” (SILVA, 1999, p. 29).

A maneira como o currículo foi desenhado e como foram definidas as formas de avaliação da aprendizagem constituiu-se, portanto, a saída mais coerente de manterem-se

as metas higienistas, de controle social e a produção de determinados tipos de personalidades tão necessárias ao progresso da nação.

Já no que se refere à avaliação, o tipo adotado (calcado em testes psicométricos) perdurou até a década de 1980 e teve ainda, durante este intervalo, contribuições vindas de outras teorias, tais como a baseada nos objetivos educacionais (Tyler, 1942) e no mérito (Scriven, 1967), as quais perpetuaram-se como as bases de todas as outras formas de avaliação que se desenvolveram nas décadas seguintes.

Considerações Finais

O estudo das idéias inovadoras sobre a educação, desenvolvidas fundamentalmente nas primeiras décadas do século XX, leva à reflexão acerca da histórica tendência brasileira em absorver teorias estrangeiras e aplicá-las sem levar em conta a especificidade de seu povo e o contexto social vigente.

Verifica-se que a abordagem medicalizante e psicologizante da educação brasileira não trouxe, na essência, a mudança pretendida e apregoada veementemente por seus praticantes. Pelo contrário, reafirmou e fortaleceu padrões de dominação existentes na sociedade brasileira, uma vez que apresentava base científica para as desigualdades ditas “naturais”.

Quanto ao currículo, suas origens têm sido associadas à necessidade de controle e eficiência sociais. A forte relação entre currículo, poder e ideologia foi claramente identificada durante o estudo.

As técnicas de avaliar a aprendizagem desenvolvidas pela psicologia científica, apresentavam um caráter discriminatório, mesmo fundamentando-se no espírito liberal e propondo promover os mais capazes, independentemente, de origem étnica e social. O fato é que, numa sociedade iniciante no sistema capitalista, como era o Brasil na Primeira República, as condições não foram favoráveis.

Por outro lado, compreende-se perfeitamente o uso de tais instrumentos de avaliação visto que estes se desenvolvem de acordo com a concepção de como se dá o conhecimento e o que é inteligência. No contexto estudado, inteligência era caracterizada como “uma grandeza, uma propriedade passível de medição”(MACHADO, 2002, p.95) e o conhecimento, “como um bem passível de acumulação, ou um material que preencheria um reservatório – algo como um balde – previamente existente em cada ser humano, talvez inicialmente vazio” (IDEM, p. 30).

As iniciativas educacionais das duas primeiras décadas do século XX asseguraram para o sistema público de ensino as tarefas de vigilância, controle, disciplina e correção da escola que por sua vez eram responsáveis em separar, classificar e avaliar em linhas gerais a capacidade dos indivíduos e definir até onde era possível chegar com cada um.

Assim, iniciou-se a conturbada história da educação na República do Brasil, que disseminou no pensamento educacional das décadas seguintes, um ideário ainda elitista e discriminatório, o qual permanece, mesmo sob tênue maquiagem, nos dias atuais.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda . **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo Sá: O espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: EUFC, 2000.
- COUTO, Miguel. **A educação popular**. Educação, v. X, nº 5 e6, Rio de Janeiro: Albuquerque Neves, 1925.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994.
- MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. In: Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- REIS, José Roberto Franco. **“De pequenino é que se torce o pepino”**: A infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: História, Ciências e saúde. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, 1997.
- RIBEIRO, Maria dos Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 14ª ed. Campinas, SP: Cortez, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu. MOREIRA, Antonio Flávio (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.